

ARTIGO

ARTÍCULO

EFEITOS DA FRATURA DA LEI SIMBÓLICA NA PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE

EFFECTOS DE LA FRACTURA DE LA LEY SIMBÓLICA EN LA PRODUCCIÓN DE VIOLENCIAS EN LA CONTEMPORANEIDAD

Franciesco Luiz Graffitt
Xanxerê, SC, Brasil.
franciesco@hotmail.com.
Roberta Vial Giacobone
beta_vial@hotmail.com.

Para citar este artículo / Para citar este artigo / To reference this article

Graffitt F. (2022) EFEITOS DA FRATURA DA LEI SIMBÓLICA NA PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE Intercambio Psicoanalítico 13 (2), Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional (CC By 4.0)

“EFEITOS DA FRATURA DA LEI SIMBÓLICA NA PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE

Franciesco Luiz Graffitti¹

Roberta Vial Jacobone²

1 Psicólogo, Servidor Público, com atuação no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, de atendimento de demanda de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos. Pós graduado em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UnoChapecó. Especialista em Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico. Ser E-mail: franciesco@hotmail.com. Xanxerê, SC, Brasil.

2 Psicóloga, Psicanalista, docente do Curso de Pós graduação em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UnoChapecó. Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. E-mail: beta_vial@hotmail.com. Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo:

Na obra freudiana a violência não foi elevada ao patamar de conceito, porém está presente transversalmente em seus textos, sendo associada a outros termos como pulsão, superego e agressividade. Em “Totem e Tabu”, Freud descreve, por meio do banquete totêmico, o paradoxo em relação à violência: a sociedade tem início com um ato de violência, seguido pela emergência da Lei simbólica enquanto garantidora da organização da vida social acompanhada por suas restrições. No decorrer deste estudo identifica-se que há uma fragilização da função da Lei simbólica, fator que pode indicar o declínio das restrições morais e a não abdicção das pulsões para o ingresso na cultura. A partir disso, compreende-se que essa nova forma de interação social pode ser construída pelo imperativo do gozo e da totalidade do sujeito, produzindo violências, uma vez que toma o outro como objeto passível de descarte, ofuscado em sua subjetividade e destituído de sua alteridade.

Palavras-chave: Cultura. Relações Sociais. Lei Simbólica. Violência. Mal-Estar.

I. INTRODUÇÃO

Apesar de ser objeto de estudo das mais diversas ciências, a violência, em si, não foi elevada ao patamar de conceito por Freud, gerando dificuldade em circunscreva-la no campo psicanalítico. Conforme aponta Assoun (2012) na obra freudiana há o termo alemão *Gewalt*, que designa a violência, mas que é utilizado com discrição, sendo reservado aos textos que tratam da questão da guerra. Em linhas gerais o discurso analítico elege termos como poder (*Macht*), coerção (*Zwang*) e agressividade (*Agressivität*) para trabalhar acerca desta temática. Mesmo sem estar explicitamente em evidência no campo psicanalítico, a temática da violência atravessa as obras freudianas, emergindo-se de formas plurais e associada a conceitos como trauma, superego, pulsão (Coelho e Souza, 2017).

Ao postular aquilo que fora chamada de “especulação”, Freud (1920/2020) discorre sobre o surgimento do conceito da pulsão de morte como contraponto à pulsão de vida. Esse dualismo pulsional se apresenta, de um lado, pela pulsão de vida como movimento de investimento e enlaçamento, e de outro, pela pulsão de morte como direcionamento à agressividade, movimento destrutivo e preponderante de retorno ao estado inorgânico. Para elucidar o conceito, Freud (1920/2020) traça um breve comparativo supondo traços de aproximação entre pulsão de morte e o amor de objeto em sua polaridade de amor (ternura) e do ódio (agressão), questionando-se como poderia derivar de Eros, enquanto conservador de vida, uma pulsão que teria como meta o prejuízo ao objeto, tendo como direcionamento a suposição de que a pulsão de morte foi compelida a se externalizar do Eu por influência da libido narcísica, aproximando-a da função sexual e relacionando-a ao exemplo do apoderamento amoroso apresentado na fase do desenvolvimento de organização sexual oral, onde também

há a aniquilação do objeto. Com essa analogia, pode-se pensar que mesmo sendo um conceito especulativo, a pulsão de morte é inerente na vida dos sujeitos e pode se tornar destrutiva, estando presente, juntamente com a questão da violência desde os tempos mais remotos, perpassando séculos e se manifestando em suas mais diversas nuances. Como afirma João Perci Schiavon (2019, pág. 90) no livro *Pragmatismo Pulsional: clínica psicanalítica, caso "(...) houvesse uma teologia analítica, sua fórmula derradeira seria eu e a pulsão somos um."* (grifo do autor).

No mito freudiano no mito freudiano chamado Totem e Tabu (Freud, 1912/2013), embora não esteja em destaque pode-se identificar um paradoxo em relação à violência: a sociedade tem início com um parricídio. O pai da horda, tirânico e detentor da lei, vítima de um violento assassinato, é substituído, e em seu lugar é instituído um representante simbólico da lei: um totem. Ressalta-se que, neste sentido, a violência circunscreve a relação do sujeito com a lei simbólica, sendo esta a que interdita estes mesmos sujeitos. Observa-se assim, que a violência foi fundamental para constituição dos laços sociais e da cultura, a partir da inscrição das interdições morais e coesão social, tendo em mente que o laço social se instaura no intuito de interditar o gozo desenfreado e, por isso, violento. Mesmo sendo fundamental a questão da violência, conforme apontado pelo mito freudiano, ela é inerente ao ser humano, enquanto pulsões destrutivas e agressivas que fazem parte da pulsão de morte, uma vez que resulta em desagregação e destruição. "No processo analítico haverá sempre, graças à pulsão, uma experiência de morte e separação" (Schiavon, 2019, pág. 103), contudo, no processo civilizatório, o laço social é a tentativa de dar contorno à pulsão de morte, gerando contenção dela e a possibilidade de enlace com o outro, fazendo ligação em um movimento de manutenção das relações, enquanto pulsão de vida (Júnior, 2020).

Considerando o que Freud (1930/2010) postula de que o ser humano apresenta uma forte inclinação à agressividade, e que o preço que a vida em sociedade cobra é a renúncia das satisfações pulsionais (lb) dentre elas, a agressividade, como a psicanálise pode contribuir para pensarmos na produção de violências na contemporaneidade a partir da compreensão da lei simbólica?

Para abarcar a questão de pesquisa, serão utilizados textos sociais freudianos no intuito de compreender o desenvolvimento e a instauração da lei a partir do texto Totem e Tabu (Freud, 1912/2013), bem como análise da gênese da cultura e dos laços de sociais. Para tratar da questão da renúncia pulsional será percorrido o texto Mal-estar na Civilização (Freud, 1930/2010) analisando o mal-estar social e o papel da cultura na operacionalização da lei simbólica enquanto restritiva e garantidora da coesão social e as suas implicações no sujeito do inconsciente.

Percorreremos as obras de Lacan, especialmente as que fazem menção à teoria dos discursos, mais especificamente o discurso do capitalista, buscando compreender a relação dos discursos e a produção das violências.

Ainda com Lacan, utilizaremos o texto “Os Complexos Familiares na Formação do Indivíduo” (Lacan, 1938/2003) do qual ele introduz o declínio da função social da imago paterna e, seguindo o ensinamento do próprio Lacan de que devemos “(...) contemplar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (ONS, 2018, pág. 247), serão articulados estes conceitos com pensadores atuais associando com a questão de produção de violências na contemporaneidade pelo viés da (possível fratura da) lei simbólica.

Para abarcar tal especificidade do estudo, será utilizado o método qualitativo e o trato das informações se dará pelo viés da leitura transversal (Prado Filho, 1998).

A reflexão acerca das violências na contemporaneidade é atual e de extrema importância. Violência física, violência moral, violência psicológica, e tantas outras poderiam ser compreendidas a partir das categorizações realizadas pelas leis do ordenamento jurídico, mas a lógica desta pesquisa dá-se por outro viés: a operacionalização da lei simbólica enquanto imperativo de renúncia em prol do bem comum.

Em uma sociedade do consumo e de narcisismo, onde as edificações do Eu são frágeis, e precisa se fazer valer de outros meios para manter-se integrado, compreender o funcionamento da lei simbólica, e até mesmo sua possível fratura enquanto função na contemporaneidade, é fundamental para compreender que a violência não ocorre somente quando o sujeito viola o ordenamento jurídico, mas quando há algo de mais obscuro nos enlaces sociais que anulam o outro como ordem da manutenção do gozo e da posição narcisista frente a alteridade. Esse fator dá pistas para compreender que as violências contemporâneas, que não serão explicitamente categorizadas neste estudo, mas que podemos citar o racismo, violências de gênero, necropolítica, discursos de ódio, podem disseminar-se a partir do ofuscamento do outro em sua subjetividade e da destituição da alteridade, encaminhando-a para a eliminação (não tomado somente como morte do corpo).

Apesar de não discorrer sobre a influência de fatores sociais e econômicos na produção de violências, este estudo não as desconsidera, porém vislumbra uma outra forma de compreender a violência. Tendo como norte a compreensão da lei simbólica, e compreendendo que a marca do contemporâneo que atravessa a violência é a sua própria expansão, sem estar, totalmente, a serviço de ideologias autoritárias ou, em sentido extremo, a serviço de purificação, como em séculos passados - situação em que o próprio Freud teve que fugir ao que foi chamado de antissemitismo engendrado pelo partido nazista - enquanto fenômeno desmedido de fins, desprovido de enquadramentos que, de certa forma, poderiam dar borda à sua manifestação (Ons, 2018).

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gênese do processo civilizatório é objeto de estudo de várias áreas do saber, desde enunciados míticos reproduzidos transgeracionalmente até pesquisas etnográficas das áreas das ciências sociais e antropológicas. Assim, a busca pelo conhecimento do passado se faz importante, para conhecer a história e também para compreender como o passado produz ressonâncias no presente e, possivelmente, produzirá na posteridade.

Com a psicanálise esse percurso não foi diferente. Ao longo de sua carreira, Freud percebe que reminiscências do passado dos seus pacientes se presentificavam e se atualizavam em seus modelos relacionais e sintomatológicos. E é dessa posição de percepção de que os sujeitos possuem processos singulares e individuais, carregados de fantasias e desejos inconscientes, mas também das questões relativas à sociedade que fazem parte, que Freud vislumbra a necessidade de realizar uma transposição da individualidade para a coletividade, iluminando alguns aspectos da psicologia social mediante os achados do inconsciente (Ferretti, 2014). É neste contexto que é escrito o texto *Totem e Tabu* (Freud, 1912/2013).

Considerado como o mito freudiano, este estudo de semiologia psicanalítica enfatiza dois signos: o totem e o tabu, para a compreensão dos laços sociais e da gênese da cultura. Ressalta-se que o mito possui conotação de modelos de subjetivação, operando como marcadores de lugares sociais e familiares (Fontanari, 2008). No texto supracitado, Freud (1912/2013) trata do horror ao incesto e apresenta o totem como um ancestral e protetor do clã, que é transmitido hereditariamente, sendo o fundamento de todas as obrigações sociais. Além do totem, é apresentado também o tabu, com seu significado atrelado à ambiguidade, indicando tanto algo da ordem da santidade, quanto algo da ordem da proibição (Ib.). Ao discorrer sobre ambos os signos, Freud (1912/2013, pág. 27) pretende entrelaçá-los no que diz respeito às proibições advindas do tabu, com as leis do totemismo: “[...] não liquidar o animal totêmico e evitar relações sexuais com os indivíduos do mesmo totem [...]”. Percebe-se que há um emaranhado de leis e obrigações para garantir a interdição do incesto que se apresentam não como obsoletas, mas de organização deveras avançada.

Há no ensaio IV uma singular compreensão da organização social. Intitulado como “O retorno do totemismo na infância” (Ib.), a narrativa do autor está voltada para a enunciação do originário social sob a égide da violência do parricídio, irrompendo em sociedade estruturada com representantes simbólicos da lei.

Para discorrer sobre, Freud retoma a discussão sobre o Totem e o horror ao incesto para tentar explicar a exogamia e as interdições de relações sexuais para sujeitos do mesmo clã, bem como regras sociais para abarcar tal proibição, para tanto, dar-se-á, para este estudo, importância maior para este capítulo final. Na busca por tal explicação, o autor menciona o que seria a cerimônia da refeição totêmica: um pai violento e temido que detém para si todas as mulheres da horda e expulsa os filhos quando eles crescem. Contudo, em certo momento, os filhos expulsos revoltam-se,

unem forças e o desfecho é a morte do pai que logo após, fora devorado. No ato de devorar eles realizaram a introjeção desse pai (Ib.). Dá-se assim, pois, após o parricídio, a instauração das restrições morais e as organizações sociais.

Posterior ao ato e tomados por sentimento de culpa, os irmãos precisavam reparar o parricídio e havendo a necessidade de restituição simbólica da representação do pai, em seu lugar emerge um representante simbólico da Lei: o totem. Esta é a representação da castração, instituindo a lei simbólica e a interdição do incesto. Com o surgimento do totem, duas restrições o acompanham: “[...] não liquidar o animal totêmico e evitar relações sexuais com os indivíduos do mesmo totem que são do sexo oposto.” (Ib., pág. 27). Em linhas gerais Freud trata da morte do pai, da culpa dos filhos, e do estabelecimento de lei simbólica representada pelo totem, e como resultado, o surgimento de uma sociedade com seu conjunto de regras e convenções sociais, instaurada após um ato de extrema violência.

O banquete totêmico é marcado pelos sentimentos de amor e de ódio, sendo este último gerado em virtude da impossibilidade dos filhos satisfazerem-se sexualmente e pela necessidade de poder, e o amor surge a partir da identificação após o ato (Garrit, 2020). Nessa passagem, há uma estreita relação com o Complexo de Édipo: uma trama de sentimentos e fantasias inconscientes permeadas por sentimentos ambivalentes de amor (por identificação) e de ódio (pela rivalidade ao amor da mãe) direcionadas a figura paterna (Pereira e Chaves, 2016). Contudo, conforme aponta Laplanche e Pontalis (2001), o Complexo de Édipo não é redutível a uma cena real como o descrito por Freud no banquete totêmico, mas sim de fantasias que estruturam a vida psíquica do sujeito, culminando no recalque de tais fantasias para garantir a interdição ao incesto, e na introjeção da lei simbólica para a efetiva vida em sociedade.

A dissolução do Complexo de Édipo tem como herdeiro o Superego: uma nova instância psíquica que tem como função a censura dos impulsos do Id e requer o cumprimento da lei (Junior e Paravidini, 2021). Considera-se, assim, que a instauração do Superego como representativo da lei não se deu pela via da elaboração, mas pela renúncia das fantasias e satisfações provenientes delas. No jogo de forças entre pulsões de auto-conservação e pulsões sexuais, as primeiras venceram em detrimento das segundas (Násio, 2007), e esse ponto é convergente entre o mito de Totem e Tabu e o Complexo de Édipo, considerando que há no primeiro uma renúncia às mulheres e, no segundo, à mãe. Há uma constatação pertinente entre prazer e gozo acerca das duas temáticas: no Complexo de Édipo, o movimento de abdicar de uma mulher – a mãe, é um direcionamento à regulação, enquanto em Totem e Tabu, o pai da horda que possuía todas as mulheres e, posteriormente, os filhos que renunciaram a todas as mulheres, se apresenta como gozo desenfreado.

Para dar contorno à constituição da civilização e sua implicação na renúncia dos impulsos (Daibert, 2012), no Rascunho N, Freud (1886/2006, pág. 193) aborda a definição de “santidade” entrelaçando-a ao “[...] fato de que os seres humanos, em benefício da comunidade maior, sacrificaram

uma parte de sua liberdade sexual e de sua liberdade de se entregarem às perversões.” Acrescentando, ainda, que “[...] o incesto é anti-social - a civilização consiste nessa renúncia progressiva”. Em “Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna”, Freud (1908/2006, pág. 101) evoca essa concepção, afirmando que a cultura repousa “[...] sobre a supressão dos instintos. Cada indivíduo renuncia a uma parte do [...] seu sentimento de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade.”.

Essa frustração em relação à satisfação em favor da cultura é considerada como a geradora de hostilidade (lb.). Igualmente, o processo civilizatório lança mão da regulação das relações sociais, opondo desejos individuais e imperativos sociais, gerando insatisfação com tal organização, fazendo descortinar a inclinação dos sujeitos à agressividade.

Consonante com esta questão, Freud (1930/2011, pág. 30) aponta que uma das fontes do sofrimento humano reside no fato de haver uma espécie de insuficiência acerca das “[...] normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade.”. Esta fonte de sofrimento citada por Freud dá-se a partir do encontro com a alteridade, uma vez que somente quando o sujeito percebe que é dependente em relação ao outro que a frustração é instaurada (Moreira, 2005).

Partindo deste pressuposto, o resultado do enlace entre os sujeitos gera sentimento de culpa, em virtude da necessidade dos sujeitos abdicarem uma parte da agressividade em prol da vida em sociedade. Para clarificar essa passagem, Freud (1930/2011) infere que o sentimento de culpa é proveniente do Complexo de Édipo e foi adquirido a partir da tese do assassinato do pai pelo grupo de irmãos, sendo que, nesta passagem, a agressividade foi levada a efeito, uma vez que não foi suprimida. Essa mesma agressão, quando suprimida, gera sentimento de culpa no infante.

Um considerável montante de agressividade deve ter se desenvolvido, na criança, contra a autoridade que lhe impede as primeiras e também mais significativas satisfações, quaisquer que sejam as privações instintuais requeridas. Ela é obrigada a renunciar à satisfação dessa agressividade vingativa (Freud, 1930/2011, pág. 75).

Com o advento da renúncia da satisfação da agressividade, verifica-se que não há um processo de elaboração acerca dela, mas unicamente um processo de renúncia que, possivelmente, poderá se presentificar na relação com o outro. Corroborando com essa percepção, Freud (1930/2011, pág. 57) infere que “[...] o ser humano não é uma criatura [...] ávida por amor [...], mas sim que deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade.” E completa referindo que quando não há operador psíquico para inibir a agressividade, esta se manifesta espontaneamente, revelando “[...] uma besta selvagem que não poupa nem os da sua própria espécie.”. A violência seria então uma consequência da insatisfação dos sujeitos com as renúncias pulsionais que o processo civilizatório exige, além da expressão dos impulsos destrutivos que constituem os seres humanos.

Na esteira do pensamento freudiano, o pai apresenta e representa a Lei, enquanto castração, desde o Complexo de Édipo e expandido para o campo social, como na experiência apresentada em Totem e Tabu. Com Lacan, a compreensão em relação ao pai parte da noção de uma função simbólica da Lei, a qual vai instaurar no sujeito a dimensão da falta, do significante fálico (Heinemann e Chatelard, 2012). A interdição é o resultado da operação da função paterna.

A partir do desenrolar da instauração da Lei, é relevante convocar ao diálogo Lacan, principalmente nos aspectos relacionados ao texto “Os complexos familiares na formação do indivíduo” (1938/2003) do qual faz menção a três complexos vividos no âmbito familiar: o complexo do desmame, o complexo do intruso, e por fim, o complexo de Édipo, do qual daremos ênfase.

No Complexo de Édipo, o conflito é vivido de forma triangular, e a forma como o sujeito vivencia essa passagem ficará cristalizada como forma de relação que irá sustentar com a realidade. Nessa fase, o pai tem papel central, uma vez que sua imago ordena a interação social (Miller, 2006). Uma vez que imago se refere a uma função informativa e formadora que constitui, por meio da identificação, o psiquismo (Kaszubowski e Aguiar, 2015), considera-se que a imago vinculada à figura paterna é aquela portadora das leis, juntamente com suas imposições.

Na visão de Lacan (1938/2003), a imago do pai possui, em si, a dupla função de repressão e de sublimação, como resultado de uma determinação social. Todavia, oriundo dos progressos culturais, há o que Lacan (Ib.) nomeia de declínio social da imago paterna, resultando em uma crise psicológica, a qual a imago paterna padece de força simbólica. O enfraquecimento da função paterna afeta a operacionalização da função simbólica e, não ocorrendo o refreamento das pulsões no processo de socialização, há a propensão para o surgimento da violência (Fink, 2018,).

Para não correr o risco de cair em anacronismo, é relevante ressaltar que à época de Freud é marcada pela configuração familiar pautada no patriarcado, a qual os sujeitos, em virtude de uma sociedade extremamente repressora, manifestavam suas frustrações em sintomas. Atualmente, contudo, conforme aponta Baroni (2019, pág. 114), “[...] os sujeitos adquirem objetos, encenam sua falta no corpo ou atuam passagens ao ato: é o declínio do simbólico, o enfraquecimento da função paterna, da Lei simbólica e esgarçamento dos laços sociais.”

Evocando a concepção de sociedade pelo viés freudiano, o qual indica que a coletividade necessita da renúncia pulsional, não mais parece descrever, de forma totalmente válida, a sociedade contemporânea, onde o imperativo hedonista predomina, elevando a permissividade acima do bem comum (Žizek 2010). Conforme aponta Safatle (2018), em virtude de novos modos de socialização o pai nunca está em igual patamar à sua função simbólica. Ainda, de acordo com o autor, ninguém pode realizar a função simbólica do pai e representar a encarnação do Ideal do Eu, sendo este movimento o que possibilita a identificação do sujeito, não com a imagem do pai, mas com a sua função sem potência normativa, em uma tentativa de aprender a desejar e saber qual o objeto é adequado ao gozo.

O declínio da função paterna potencializa o imperativo do gozo que se posiciona opostamente a qualquer dimensão de interdição (Santos e Teixeira, 2006). Para abarcar a especificidade da impotência da lei simbólica, do desejo e do gozo, convém discorrer sobre a teoria dos discursos de Lacan. No Seminário – livro 17, intitulado “O avesso da psicanálise” (1992), Lacan teoriza sobre a produção dos quatro discursos¹, que são formas de enlaçamento social operacionalizados pela lei que interdita e barra o sujeito (Coelho, 2006). A partir da modernidade e compreendendo que há algo que escapa a lógica da operacionalização da lei simbólica, houve a transmutação de um dos discursos: do discurso do mestre para o discurso do capitalista.

Após Freud (1937/2021) elencar três profissões impossíveis, a saber: analisar, educar e governar, Lacan retoma essa ideia, adicionando a profissão de fazer desejar e identificando-os e relacionando-os com os quatro discursos: analisar ao discurso do analista, educar ao discurso universitário, governar ao discurso do mestre e fazer desejar ao discurso da histérica (Rinaldi e Jorge, 2002). Os discursos são compreendidos como formas de enlaçamento social constituídos por um agente e um outro, o qual o agente domina e o outro é dominado (Paris, 2019). Apesar das trocas discursivas, o enlaçamento está implicado diretamente aos interesses do sujeito (Lacan, 1969/1992).

Ao representar os discursos em forma de matema, com os elementos S1, \$, S2 e “a”, com seus respectivos significados: Significante mestre, sujeito barrado, saber, objeto a causa de desejo/gozo (Quinet, 1991), Lacan busca apresentar e elucidar as diferenças estruturais entre os discursos (Fink, 1998).

Os matemas são formulados por Lacan (1969/1992) compreendendo a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{agente}}{\text{verdade}} \longrightarrow \frac{\text{outro/trabalho}}{\text{produção}}$$

//

O agente, que é embasado em um saber, agirá sobre alguém (outro) para obter uma produção (Quinet, 1991). O agente é o operador de toda a produção discursiva, que determina o laço social, possibilitando que haja a alteridade. O outro é aquele a quem o discurso é endereçado, precisando, necessariamente, do agente para se constituir. A produção é efeito do discurso, aquilo que resta. A verdade sustenta o discurso, contudo, não é toda acessível, em razão de não poder ser toda dita. Há a interdição entre a produção e a verdade (Coelho, 2006).

Na perspectiva da produção de violências contemporâneas, entrelaçadas entre o sujeito e a cultura, o discurso do capitalista representa uma nova forma de compreensão do fenômeno, apontando para o crescimento da violência acerca das formas de segregação e anulação da alteridade, trazendo o outro como lugar vazio (Teixeira, 2007/2008).

¹ A saber: o discurso psicanalítico, o discurso do mestre, o discurso histórico e o discurso universitário. Além desses, foi introduzido um outro discurso: o discurso do capitalista, que será dada maior ênfase neste estudo.

O discurso do capitalista, representado pelo matema $\frac{\$ \rightarrow s2}{s1 \ a}$ diferencia-se das outras modalidades de discursos uma vez que, para as outras modalidades, somente por intermédio da lei que o sujeito poderá articular com o real, e para o discurso do capitalista, essa prerrogativa é nula. Essa nova modalidade de discurso eleva a satisfação de um corpo consumista. Na representação gráfica do discurso do capitalista, nota-se que o sujeito (\$) ocupa o lugar de agente, deslocando o significante mestre (S1) para baixo dele. Sem a ação da interdição (//) e sem a intermediação da fantasia, o resultado é a eclosão do imperativo do gozo e da devastação do campo do sujeito e da alteridade (Santos e Teixeira, 2006).

A violência, assim, não reside somente no fato de eliminação do outro pelas perspectivas da morte ou da exclusão, mas em utilizá-lo como objeto, sem a dignidade própria de sua constituição enquanto sujeito (Estevam, 2008). Este mecanismo poderia explicar as mais diversas formas de violências na contemporaneidade, abarcando desde as mais tênues e sutis, até as mais absurdas e cruéis.

O “sujeito da cultura do espetáculo”, conforme afirma Joel Birman (2000), toma o outro apenas como um objeto para seu benefício. O outro se apresenta, então, na contemporaneidade, como um corpo que tende a ser sempre manipulado para o gozo desse sujeito. Neste contexto a alteridade sucumbe, desaparecendo após a satisfação do eu, não sendo um fim em si, mas um meio de gozo (Estevam, 2008,).

III. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de revisão narrativa da literatura. A revisão narrativa se caracteriza pelo fato de não possuir um protocolo rígido para confecção, tendo o pesquisador liberdade para selecionar os estudos que mais se aproximem ao seu objeto de pesquisa (Cordeiro, Oliveira, Rentería e Guimarães, 2007).

Já a abordagem qualitativa se debruça sobre a realidade que não pode ser quantificada, investigando acerca de eventos, e como estes são determinados no contexto em que se manifestam (Cassab, 2007).

O trato das informações se dará pelo viés da leitura transversal proposto por Kleber Prado Filho (1998). Esta estratégia se caracteriza pela entrada de forma transversal nos estudos, recortando as análises relativas ao objeto de estudo e agrupando-as criticamente a partir dos elementos que apresentam correlação com a problemática apresentada.

Seguindo o pressuposto deste caminho, foram selecionadas obras para compor a bibliografia básica constituída por textos sociais freudianos, e textos lacanianos que auxiliarão a compreender a problemática da violência, da sociedade e da lei simbólica. A leitura transversal (Prado Filho, 1998), possibilitou a percepção destes textos, considerando a construção dos conceitos e ideias tendo como horizonte a problemática de pesquisa deste estudo.

Para abarcar a questão de pesquisa, serão utilizados textos sociais freudianos para compreender o desenvolvimento e a instauração da lei a partir do texto "Totem e Tabu" (Freud, 1912/2012), bem como análise da gênese da cultura e dos laços de sociais. Para tratar da questão da renúncia pulsional será percorrido o texto "Mal-estar na Civilização" (Freud, 1930/2010) analisando o mal-estar social e o papel da cultura na operacionalização da lei simbólica enquanto restritiva e garantidora da coesão social e as suas implicações no sujeito do inconsciente.

Percorreremos as obras de Lacan, especialmente as que fazem menção à teoria dos discursos, mais especificamente o discurso do capitalista, buscando compreender a relação do discurso e a produção das violências.

Ainda com Lacan, utilizaremos o texto "Os Complexos Familiares na Formação do Indivíduo" (Lacan, 1938/2003) do qual ele introduz o declínio da função social da imago paterna, e, seguindo o ensinamento do próprio Lacan de que devemos "(...) contemplar em seu horizonte a subjetividade de sua época." (Ons, 2018, pág. 247), serão articulados estes conceitos com pensadores atuais associando com a questão de produção de violências na contemporaneidade pelo viés da (fratura da) lei simbólica.

IV. CONCLUSÃO

Não tendo a pretensão de esgotar o tema, o que se buscou com este estudo foi apresentar uma das múltiplas compreensões sobre a produção das violências na contemporaneidade, considerando para isso os efeitos da lei simbólica e a inserção do sujeito na cultura.

Avista-se que na atualidade, o operador da lei simbólica apresenta-se fraturado, fator que pode indicar o declínio das restrições morais e a não abdicação das pulsões para o ingresso na cultura. A partir disso, compreende-se que essa nova forma de interação social pode ser construída pelo imperativo do gozo e da totalidade do sujeito, transformando o encontro com o outro não mais como uma experiência (na perspectiva Heideggeriana de ser afetado pelo encontro com o outro em sua alteridade), mas sim em um encontro pelo viés do objeto: não é a busca pelo outro, mas pelo objeto que complementa e completa o eu.

Sugere-se para estudos posteriores o olhar sobre o gozo desenfreado, a tímida presença da falta na sociedade de consumo, e as implicações para os sintomas contemporâneos, para além das violências, pelo viés da manifestação da angústia. Sugere-se também, o aprofundamento do estudo sobre a destituição da alteridade pela perspectiva da cultura do narcisismo.

Referências bibliográficas

- Assoun, P. (2012). *Freud e as Ciências Sociais: Psicanálise e teoria da cultura*. São Paulo: Editora Loyola.
- Baroni, M. (2019) *O Declínio da Função Social do Pai e o Discurso do Capitalista: gadgets, os novos objetos fetiches da contemporaneidade*. Brasília: Editora UnB.
- Birman, J. (2000). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação* (2ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cassab, L. "Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social" em *Revista Katálysis*, Vol. 10, pp. 55-63.
- Coelho, C. "Psicanálise e laço social: uma leitura do Seminário 17" em *Revista Mente*, ano IV, Nº 6, pp. 107-121, 2006.
- Coelho, L. e Souza, M. "Violência e cultura no pensamento freudiano: as duas faces de Jano Bifronte" em *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Vol. 17, Nº 2, pp. 744-758
- Cordeiro, A., Oliveira, G., Rentería, J., Guimarães, C. "Revisão sistemática: uma revisão narrativa" em *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, Vol. 34, Nº 6, pp. 428-431.
- Daibert, D. "O Imperativo de Gozo do Supereu e sua Conexão com a Demanda de Amor Insaciável das Mulheres" em *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Vol. 12, Nº 3-4, pp. 583-606
- Estevam, J. "O reconhecimento da alteridade como possibilidade de construção de um novo paradigma na cultura ocidental em Joel Birman e Emmanuel Lévinas" em *Revista Horizonte*, Vol. 6, Nº 12, pp. 169-179.
- Fernandes, E. (2008). *Narcisismo e Cultura: a relação entre psicologia individual e psicologia social na obra freudiana*. São Carlos: Editora UFSCar.
- Ferretti, M. (2014). *Ontogênese e Filogênese em Freud: Uma visão de conjunto*. Campinas: Editora Unicamp.
- Fink, B. (2018). *Introdução clínica à psicanálise lacaniana*. (1ª Edição). Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Fontanari, J. (2008). *Mito e Psicanálise: quando eles nos vivem e quando nós os vivemos?* Porto Alegre: Editora Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade.
- Freud, S. (1937/2021). *A análise finita e a infinita*. Em *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da Clínica Psicanalítica* (2ª edição). Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Freud, S. (1920/2020). *Além do Princípio do Prazer*. Em *Obras incompletas de Sigmund Freud*, (1ª edição). Belo Horizonte: Autêntica.
- Freud, S. (1930-1936/2010). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos* Em *Obras Completas de Sigmund Freud*, Vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1930/2011). *O mal-estar na civilização*. Tradução de Paulo César de Souza. (1ª edição). São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.
- Freud, S. (1886-1889/2006). *Rascunho N* Em *Publicações Pré-psicanalíticas e Esboços Inéditos*, Edição Standart Brasileira das *Obras Completas de Sigmund Freud*, Vol. 1. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1906-1908/2006) *Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna* Em "Gradiva" de Jensen e Outros Trabalhos. Edição Standart Brasileira das *Obras Completas de Sigmund Freud*, Vol. 9. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1912-1913/2013). *Totem e Tabu: Algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*. Tradução de Paulo César de Souza. (1ª edição). São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.
- Garrit, M. (2020). "Freud, a cultura e suas consequências" em *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano VI, vol. 01, pp. 132-145.
- Heinemann, G. e Chatelard, D. (2012). "Concepção Atual de Família: Do Declínio da Função Paterna aos Novos Sintomas" em *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Vol. 12, n.º 3-4, pp. 639 – 662.
- Junior, A. e Paravidini, J. "O discurso do cidadão de bem e a lógica do supereu" em *Revista Interinstitucional de Psicologia*, Vol. 1, Nº 14.
- Júnior, O. "O dualismo pulsional e suas exigências" em *Revista Voluntas*, Vol. XI, Nº 2, pp. 6-22.
- Kaszubowski, E. e Aguiar, F. "O Registro Imaginário nos Antecedentes Lacanianos" em *Revista Ágora*, Vol. 18, Nº 1, pp. 85-100.
- Lacan, J. (1938/2003). *Os complexos familiares na formação do indivíduo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1969-1970/1992). *O Seminário – Livro 17. O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laplanche, J. e Pontalis, J. (2001) *Vocabulário da Psicanálise*. (4ª edição). São Paulo: Martins Fontes.

- Miller, J. "Leitura crítica dos "Complexos familiares" de Jacques Lacan" Em Revista Opção Lacaniana, Nº 2.
- Moreira, J. "A alteridade no enlaçamento social: uma leitura sobre o texto freudiano "O mal-estar na civilização"" em Revista Estudos de Psicologia, Vol. 10, Nº 2, pp. 287-294.
- Násio, J. (2007). Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ons, S. (2018). Tudo o que você precisa saber sobre psicanálise. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Paris, C. (2019). O domínio do discurso capitalista na produção do mal-estar na contemporaneidade. Palhoça: Editora da Universidade do Sul de Santa Catarina.
- Pereira, K. e Chaves, W. "Freud e a Religião: a ilusão que conta uma verdade histórica" Em Revista Tempo Psicanalítico, Vol. 48, pp. 112-127
- Rinaldi, D. e Jorge, M. (2002). Saber, verdade e gozo: leituras de O seminário, livro 17, de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Pinheiro, C.; Lima, C. e Oliveira, D. "Sobre as Relações Entre o Sexual e o Mal-estar na Civilização: uma discussão acerca das perspectivas freudianas" em Revista Psicologia Clínica, Vol. 18, Nº 2, pp. 37 - 48.
- Prado Filho, K. (1998). Trajetórias para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Quinet, A. (1991). As 4+1 condições de análise. Rio de Janeiro: Zahar.
- Safatle, V. (2018). Introdução a Jacques Lacan. (4ª edição). Belo Horizonte: Autêntica.
- Santos, T. e Teixeira, M. "Violência na teoria psicanalítica: ruptura ou modalidade de laço social?" em Psicologia em Revista, Vol. 12, Nº 20, pp. 165-180.
- Schiavon, J. (2019). Pragmatismo pulsional: clínica psicanalítica. São Paulo: N-1 Edições.
- Teixeira, M. "A Violência do Discurso Capitalista: uma leitura psicanalítica" em Revista do Núcleo Sephora, Vol. 3, Nº 5, pp. 01-09. izek
- Žižek, S. (2010). Como Ler Lacan. Rio de Janeiro: Zahar.